

Estudo Técnico Preliminar 27/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 26/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço de Segurança Desarmada para o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, a ser prestado, inicialmente, na atual sede do CRF, localizada na Rua Afonso Pena, 115 - Tijuca - Rio de Janeiro e, após a mudança, na nova sede do CRF, localizada na Praça Tiradentes, 50 – Centro, Rio de Janeiro – RJ.

2.2. A Segurança Desarmada é essencial para preservar a integridade física do novo edifício, dos bens nele localizados e das pessoas que lá se encontrarem.

2.3. Tendo em vista que a atual empresa prestadora do serviço de segurança desarmada não tem cumprido com suas obrigações fiscais, torna-se necessária uma nova contratação, visando uma organização que efetivamente cumpra com suas obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

2.4. Tendo em vista a iminente mudança da sede do CRF-RJ para o supracitado endereço no Centro da cidade do Rio de Janeiro e levando em consideração inclusive a crescente no número de andares e entradas de acesso do novo edifício, torna-se essencial a contratação de serviços de segurança desarmada.

2.5. Trata-se de contratação que tem por objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância orgânica diurna incluindo controle de rondas nos andares, garantindo assim a segurança ao patrimônio público, ao público usuário do edifício, à integridade física dos servidores da instituição e do acervo patrimonial institucional contra a ação de terceiros, não permitindo a sua depredação, violação e apropriação indébita.

2.6. A fim de garantir ambientes seguros na Nova Sede, torna-se necessária a contratação de 03 (três) seguranças desarmados, que ficarão locados de modo a garantir o acesso adequado e seguro tanto pela entrada localizada na Praça Tiradentes, 50 – Centro, Rio de Janeiro, RJ quanto na entrada localizada na Rua Luís de Camões, 59 – Centro, Rio de Janeiro, RJ.

2.7. A contratação do Serviço de Segurança Desarmada contribui para:

2.7.1. Prevenção de Acessos Não Autorizados: Diminuir o risco de acessos não autorizados que possam comprometer a segurança física e a integridade dos bens e informações da organização;

2.7.2. Confiança e Credibilidade: Aumentar a confiança de funcionários, visitantes e stakeholders na segurança da organização;

2.7.3. Políticas de Segurança: Garantir o cumprimento das políticas internas de segurança e acesso da organização;

2.7.4. Proteção de Pessoas e Bens: A presença de segurança desarmada ajuda a garantir a proteção de funcionários, visitantes e ativos da organização contra ameaças e incidentes;

2.7.5. Gerenciamento de Conflitos: Profissionais de segurança são treinados para lidar com conflitos e situações de emergência de forma eficaz e pacífica, minimizando riscos e danos;

2.7.6. Monitoramento de Áreas Críticas: Realizar vigilância constante em áreas críticas, como estacionamentos, entradas e saídas;

2.7.7. Prevenção de Crimes: A atuação de profissionais de segurança serve como um forte elemento dissuasório contra atividades criminosas, reduzindo o risco de furtos, vandalismo e outros delitos.

2.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas neste Termo de Referência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Administração	Maria Luiza Massa Gomes Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Termo de Referência;

4.1.2. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta contratação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.1.3. O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- Endereço completo;
- Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados e
- Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

4.1.4. No caso de atestados fornecidos por empresa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

4.1.5. Para a prestação de serviço, a contratada deverá disponibilizar vigilantes devidamente capacitados por curso de formação, realizados em instituições registradas, habilitadas e reconhecidas pelos órgãos competentes, pertencentes ao quadro pessoal efetivo da empresa contratada, para o cumprimento das rotinas estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.1.6. Os empregados alocados deverão ser devidamente habilitados e rigorosamente selecionados, ficando a contratada, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CRF e terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.

4.1.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.1.8. O serviço de vigilância possui natureza continuada, uma vez que interrompê-la pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua necessidade estende-se por mais de um exercício financeiro, cujo prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

4.1.9. No caso de prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica envolve o fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, devendo atender os requisitos descritos na lei nº 14.967/24, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

4.1.10. A lei 14.967/24 impõem barreiras à operação dessas empresas a exemplo da comprovação de que os sócios ou proprietários não possuíam cotas de participação em empresas prestadoras de serviço de segurança privada cujas atividades tenham sido canceladas nos últimos 5 (cinco) anos; apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais pela prática de crime doloso dos sócios ou proprietários, administradores, diretores, gerentes e procuradores, obtidas nas justiças Federal, Estadual, Militar da União e das unidades da Federação e Eleitoral, nos locais em que tenham residido nos últimos 5 (cinco) anos (art. 19 da Lei nº 14.967/24), entre outros.

4.1.11. A contratada, além das demais exigências previstas no Termo de Referência e no edital, deverá apresentar os seguintes documentos:

a. Certificado de Segurança atualizado, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria DG/DPF n.º 3.233, de 10 de dezembro de 2012, e alterações;

b. Autorização emitida pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento da empresa no Rio de Janeiro.

4.1.12. Para o exercício da profissão, nos termos do artigo 28 da Lei nº 14.967/24, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

4.1.13. De acordo com a Portaria nº 213, de 25 de Setembro de 2017, na contratação de serviços de vigilância, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais deverão observar os limites máximos e mínimos estabelecidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Os valores limites para os serviços de vigilância seguem as seguintes escalas:

a. Posto de Vigilância: 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante.

4.1.14. Portanto, para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos mínimos acima descritos, buscando assim no mercado uma empresa em condições de executar os serviços, a qual detenha profissionais devidamente capacitados. Importante informar que tal procedimento de contratação compreende além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos a serem executados na atual sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Rua Afonso Pena, 115 - Tijuca e, após a mudança prevista para maio/junho na nova sede, localizada na Praça Tiradentes, 50- Centro – Rio de Janeiro/RJ.

4.1.15. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

a. Descrição Geral – Vigilante – CBO – nº 5173-30: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

4.1.16. Remuneração: o salário mensal, assim como os benefícios (plano de saúde, seguro de vida, etc) deverá corresponder, no mínimo, ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho pertinente. O valor correspondente aos custos do empregado deverá ser preenchido de acordo com a IN 05/2017 e apresentado juntamente com a proposta comercial, além de observar o caderno técnico mais atual referente ao serviço de vigilância disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_vig_rj_2019.pdf

4.1.17. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a. Para efeito de cumprimento das etapas e prazos previstos neste Termo de Referência, deve ser considerado o calendário da cidade do Rio de Janeiro, para controle dos dias úteis.

4.1.18. A CONTRATADA deverá manter total sigilo quanto às informações contidas em documentos, papéis e arquivos, e em qualquer material manipulado para a realização dos serviços, dedicando especial atenção à sua guarda, assumindo toda a responsabilidade pelo sigilo;

4.1.19. É vedado à CONTRATADA divulgar, por qualquer meio, o material produzido, inclusive para efeito de propaganda comercial da empresa, salvo se formalmente autorizado por dirigente do CRF-RJ;

4.1.20. A execução do objeto contratado e o respectivo pagamento sujeitar-se-ão à satisfação integral dos termos avençados, devendo a CONTRATADA, portanto, zelar pelos prazos estabelecidos e a boa qualidade do serviço final.

a. Os trabalhos serão executados inicialmente da seguinte forma e nos seguintes horários, totalizando, assim, as 44 horas semanais:

- De segunda a quinta-feira: 01 (um) segurança, das 07:00 às 17:00 e 1 (um) seguranças das 09:00 às 19:00;
- Sexta-feira: 01 (um) segurança, das 07:00 às 16:00 e 1 (um) segurança das 09:00 às 18:00.

4.1.21. Com a previsão de mudança da Sede do Conselho para a Praça Tiradentes, 50 – Centro - Rio de Janeiro/RJ, para os meses de maio/junho, será ativado o serviço de mais 01 (um) segurança, totalizando 03 (três) Postos de Trabalho, ficando da seguinte forma:

- De segunda a quinta-feira: 01 (um) segurança, das 07:00 às 17:00 e 2 (dois) seguranças das 09:00 às 19:00;
- Sexta-feira: 01 (um) segurança, das 07:00 às 16:00 e 2 (dois) segurança das 09:00 às 18:00.

4.1.22. Locais da prestação dos serviços:

a. Serão prestados os serviços nos seguintes endereços:

- Inicialmente na Rua Afonso Pena, 115 – Tijuca – Rio de Janeiro – RJ;
- Quando realizada a mudança da Sede, Praça Tiradentes, 50 – Centro, Rio de Janeiro – RJ.

4.1.23. A solução abrange a prestação de serviço de vigilância desarmada ininterrupta, incluindo fornecimento de uniformes e equipamentos visando atender às necessidades institucionais desta Autarquia Federal, com vistas à proteção contra a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, e a assegurar a integridade física dos servidores e colaboradores em desempenho de suas atividades, e, ainda, daqueles que eventualmente transitam pelas instalações da referida entidade.

4.1.24. A CONTRATADA responderá perante a CONTRATANTE e terceiros por atos, falhas ou omissões suas. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas

ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE.

4.1.25. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

4.1.26. O representante da CONTRATANTE e toda pessoa autorizada por esta terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos.

4.1.27. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da CONTRATANTE.

4.1.28. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos /refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.1.29. A prestação dos serviços de que trata o presente processo deverá contar com a cobertura, por conta da contratada, para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes dos serviços prestados.

4.1.30. O recebimento do objeto contratado e o respectivo pagamento sujeitar-se-ão à satisfação integral dos termos avençados, devendo a CONTRATADA, portanto, zelar pelos prazos estabelecidos e a boa qualidade do serviço.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A estimativa do valor da contratação está baseada em pesquisa de preços realizada com base no Art. 5º, inciso II da Instrução Normativa nº 65/SEGES/ME, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.2. Foram consultadas Atas de Registro de Preços de órgãos federais, porém nenhuma atendia na totalidade e especificações de nossas exigências de aquisição em quantitativos e configurações, e ainda, não aceitavam a adesão na modalidade “carona”.

5.3. Para formação de preços foram considerados contratos firmados por outros entes públicos federais situados no Estado do Rio de Janeiro.

5.4. Em complementação, realizamos pesquisa de preços no sitio do <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no intuito de encontrar cotações de outras contratações governamentais, que possuísem as mesmas características, sendo registrada sob nº 49/2025, cumprindo os requisitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O Serviço de Guarda Desarmada deverá ocorrer primeiramente na atual sede, localizada no bairro da Tijuca e, após a mudança, na nova sede, localizada no Centro.

6.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2.1. A execução do objeto se iniciará na data de assinatura do contrato, ou por meio eletrônico através de e-mail a ser enviado pelo endereço adm1@crf-rj.org.br ;

6.2.2. Após a mudança, os postos de trabalho de 44 horas semanais serão alocados nos locais de maior movimento durante o horário de expediente, sendo, principalmente, nas recepções da Praça Tiradentes e da Rua Luís de Camões;

6.2.3. Os serviços serão prestados nos dias úteis das 7:00 horas às 19:00 horas;

6.2.4. Serão prestados os serviços nos seguintes endereços:

- Inicialmente na Rua Afonso Pena, 115 – Tijuca – Rio de Janeiro – RJ;
- Quando realizada a mudança da Sede, Praça Tiradentes, 50 – Centro, Rio de Janeiro – RJ.

6.2.5. Não será possível a realização de subcontratação dos serviços.

6.3. A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura do contrato.

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1. Dos equipamentos: A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, sempre que necessário, todo equipamento para a plena execução dos serviços, tais como:

- Livro de Ocorrências;
- Rádios Transmissores, Rádio portátil analógico/digital; Frequência: VHF 05 Watts, 32 canais 134-174 MH, Operação: Modos DMR analógicos e digitais, compatível com qualquer marca de rádio no modo analógico, classificação IP57, saída de áudio de 700 mW, alertas de emergência e alertas individuais. Possuir 03 teclas programáveis, transição mãos livres VOX, bateria que forneça até 9.7 horas em digital e 7.4 horas no modo, analógico, bateria sobressalente para cada rádio, grampo para cinto - clip 20, fone de ouvido da orelha-gancho com microfone;
- Lanternas;
- Pilhas para Lanterna.

6.4.2. Dos Uniformes: Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, respeitando os seguintes mínimos por vigilante:

- 02 (dois) Ternos Pretos;
- 02 (duas) Camisas Brancas;
- 01 (um) Cinto;

- 06 (seis) Meias Pretas;
- 01 (um) Sapato Social Preto;
- 01 (um) Gravata Azul;
- 01 (um) Crachá

6.4.3. A Contratada deverá, ao menos semestralmente, analisar a necessidade de substituição dos uniformes e equipamentos disponibilizados aos funcionários, sem cobranças adicionais, a fim de garantir um padrão de qualidade adequado.

6.4.4. Aos profissionais alocados nos postos de vigilância patrimonial, compete:

- a.** Proteger as instalações, o patrimônio e a integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ação de terceiros;
- b.** Comunicar imediatamente ao CRF qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c.** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do supervisor da Contratante, bem como as que entender oportunas;
- d.** Permitir o ingresso, nas dependências internas, somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e.** Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações (estacionamento do CRF) identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- f.** Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- g.** Comunicar todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir apresentar risco para o patrimônio do CRF.
- h.** Colaborar com as Polícias civil e militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- i.** Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- j.** Proibir o ingresso de vendedores, pedintes, angariadores de doativos, ambulantes e assemelhados às instalações sem que esses estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- k.** Proibir a aglomeração de pessoas junto aos Postos, comunicando o fato Administração no caso de não colaboração;
- l.** Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial, nos Postos e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

- m.** Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- n.** Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências e instalações do CRF, adotando os cuidados e as providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- o.** Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- p.** Verificar, diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas, bem como abrir e fechar os portões do CRF, no início e final do expediente;
- q.** Verificar, diariamente, nos locais a que tem acesso, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- r.** Registrar, diariamente, a permanência de pessoas nas reparações após o término do expediente normal;
- s.** Registrar em livro próprio as ocorrências do dia;
- t.** Verificar se estão iluminadas as áreas do prédio pré-determinadas pela Contratante, e se as demais luzes estão apagadas, registrando nos Livros de Ocorrência os locais onde porventura forem deixadas luzes acesas;
- u.** Verificar, por ocasião de cada vistoria regular no prédio, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie;
- v.** Comunicar à Contratante, sempre que constatada, a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações do CRF, ações de depredação e /ou possibilidade de invasão do prédio;
- w.** Proceder à identificação e ao registro da entrada de qualquer servidor, terceirizado ou estagiário nas dependências do CRF fora do horário de expediente, verificando a existência de autorização para isso;
- x.** Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa em traje incompatível com o ambiente de trabalho, cuja ocorrência deverá ser acionada a Administração, salvo quando ficar caracterizada situação de emergência com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto-atendimento/socorro médico, devendo, sempre que possível, consultar a fiscalização;
- y.** Não permitir, nas dependências do CRF e sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da Administração, exceto cão-guia;
- z.** Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de drogas, narcóticos ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação da Contratante para sua avaliação;

aa. Não permitir a entrada de menor desacompanhado fora do horário de expediente sem que seja feita sua identificação e o contato com a pessoa com quem o menor deseja falar ou visitar, assegurando-se de que a pessoa contatada ou a ser visitada pelo menor por ele se responsabilize durante sua permanência nas dependências do CRF; no caso de encontrar crianças próximas a escadas ou em situações de risco, comunicar o fato imediatamente a Administração para que o essa tome as providências necessárias;

bb. Garantir ao(s) portador(es) de deficiência(s) física(s) de locomoção a preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-lo(s), quando for o caso, no embarque e desembarque de veículos;

cc. Não permitir, nas dependências do CRF, a prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras similares alheias às atividades do CRF, salvo quando houver autorização expressa da Contratante;

dd. Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações durante seu turno de trabalho;

ee. Encaminhar ao conhecimento da Contratante, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de atitude suspeita observada nas dependências ou imediações do CRF.

ff. Impedir a saída de volumes, patrimônio e/ou materiais pertencentes à Contratante, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;

gg. Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes levar a questão à apreciação da Contratante;

hh. Permitir a saída de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio da Contratante, das suas dependências, somente mediante a apresentação de formulário próprio, devidamente preenchido e assinado pela autoridade competente do CRF, devendo o fato ser registrado em Livro de Ocorrência;

ii. O(s) bem(ns) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal conduzido (s) pelo respectivo proprietário e comprovada posse, somente terá (ão) permissão de acesso às dependências do CRF após submetido(s) ao cadastro do mesmo e à verificação/avaliação pelo vigilante, condição essencial para que seja concedida, inclusive, a necessária autorização de saída;

jj. O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver(em) acesso às dependências do CRF, dessa forma, vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) mala(s), mala(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outro(s), o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, submeta(m)-se à verificação da Administração ou de vigilante por ela designado;

kk. Compete ao vigilante acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade da Contratante, venham a deixar suas dependências.

6.4.5. Em ocasiões de estado de greve:

a. Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização expressa da Contratante;

b. Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual dentro das dependências do CRF;

c. Não permitir a afixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas e etc., sem a prévia autorização da Contratante.

6.4.6. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

6.4.7. Os vigilantes terão 1 (uma) hora de intervalo para repouso ou alimentação conforme CLT ou disposições normativas da categoria, devendo ser efetuado o intervalo mediante revezamento. A Contratada, como opção, poderá adotar o pagamento da hora de intervalo conforme orientação em convenção coletiva.

6.4.8. Contratada deverá fornecer aos profissionais alocados no contrato, os equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios que proteja a saúde e integridade física do trabalhador, uniformes e outros materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência.

6.5. A contratação se dará por meio de LICITAÇÃO, através de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, fomentando a disputa e ampliando o número de interessados na contratação, no modo de disputa aberto e sem inversão de fase;

6.6. O objeto da contratação tem a natureza de serviços comuns;

6.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

6.8. A adjudicação do objeto será realizada pelo critério do Menor Preço Unitário.

Ciclo de Vida

6.9. A solução proposta para a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a seleção da empresa especializada até a execução contínua e o monitoramento da qualidade dos serviços prestados.

6.10. O objetivo principal é garantir a proteção do patrimônio público, a segurança de servidores e colaboradores, bem como a integridade das instalações do CRF-RJ.

6.11. No início do ciclo, a contratação será formalizada por meio de processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção de uma empresa que atenda a todos os requisitos técnicos e legais.

6.12. A empresa vencedora será responsável por fornecer vigilantes devidamente capacitados, com certificação atualizada e experiência comprovada em segurança patrimonial, além de garantir a substituição imediata de profissionais em casos de faltas ou afastamentos.

6.13. Durante a execução do contrato, os serviços serão prestados conforme os quantitativos e horários estabelecidos: na sede do CRF-RJ, serão alocados vigilantes no turno diurno, com carga horária de 44 horas semanais.

6.14. Ao longo de todo o ciclo de vida do contrato, a solução proposta visa otimizar o uso de recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo a economicidade e a eficiência na

prestação dos serviços de vigilância patrimonial. O encerramento do contrato, quando aplicável, incluirá a entrega de relatórios finais e a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Contratação de empresa especializada em prestação de Serviço de Segurança Desarmada, com a disponibilização de 03 (três) vigilantes, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 275.649,12

8.1. A pesquisa de preços foi realizada com base no artigo 5º, incisos II da IN Nº 65/SEGES/ME, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Estimativa de valores para a contratação:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	23507	Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 44 horas semanais diurnas	Posto	03	R\$ 7.656,92	R\$ 22.970,76	R\$ 275.649,12

8.3. O preço unitário estimado mensal por posto é de **R\$ 7.656,92 (sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos)**, perfazendo o valor estimado mensal em **R\$ 22.970,76 (vinte e dois mil novecentos e setenta reais e setenta e seis centavos)**.

8.4. O Quantitativo dos postos levou em consideração o contrato atual, que possui 2 (dois) postos, e como a eminente mudança da Sede para outro imóvel, identificou-se a necessidade do aumento em mais 1 (um) posto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento da solução tendo em vista a necessidade de padronização na contratação dos serviços, para que sejam executados por uma única empresa, diminuindo os custos na gestão, fiscalização e execução. Também, por se tratar de segurança, se torna inviável tecnicamente a sua divisão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Neste caso, não se aplica, tendo em vista que os serviços serão prestados integralmente sobre a responsabilidade da Contratada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida contratação foi planejada para o ano de 2025 e incluída no PAC do CRF-RJ sob a rubrica: **6.2.2.1.1.01.04.04.005.032 - Serviços de Segurança**, conforme documento de Disponibilidade Orçamentária pertencente ao processo da contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A Contratação de Serviços de Segurança Desarmada para a atual Sede e, após a mudança, para a Nova Sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, objeto do presente estudo, visa garantir maior segurança e controle dos acessos ao prédio, gerando maior segurança aos colaboradores, farmacêuticos e visitantes.

12.2. A Segurança Desarmada propiciará, ainda, uma proteção maior as instalações da nova sede e mitigará os riscos de danos ou subtrações indevidas dos bens públicos nela localizados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Prestação do Serviço de Segurança Desarmada inicialmente na Rua Afonso Pena, 115 – Tijuca – Rio de Janeiro – RJ; Quando realizada a mudança, será prestado o serviço em ambas entradas da Nova Sede do CRF/RJ, quais sejam: Rua Luís de Camões, 59 – Centro, Rio de Janeiro, RJ e Praça Tiradentes, 50 – Centro, Rio de Janeiro, RJ.

13.2. Não há providências a serem adotadas em relação ao início da execução do Contrato, tendo em vista que não haverá equipamentos a serem instalados e áreas a serem desocupadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Visando atender à Instrução Normativa nº01/2020 – MPOG/SLTI, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

14.1.1. A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;

14.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;

14.1.3. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo.

14.2. Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

14.2.1. Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

14.2.2. Procedimento: “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01 /2013 – IBAMA. ”

15. Análise de Riscos

Risco 1: Falta de Recursos Orçamentários para Contratação do Objeto.

Probabilidade: [X] Baixa [] Média [] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Falta de recursos orçamentários para contratação dos serviços objeto desta contratação.	A não contratação dos serviços acarretará transtornos no funcionamento da Nova Sede, além de diminuir a segurança do colaboradores e farmacêuticos.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Reserva ou realocação de recursos orçamentários e financeiros pelo gestor do orçamento do CRF-RJ.	Setor de Administração em conjunto com o Setor Financeiro do CRF-RJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

Risco 2: Ausência de Fornecedores Habilitados para o Fornecimento do Material, Objeto da Contratação. Probabilidade: [] Baixa [X] Média [] Alta

--	--	--

ID	Danos	Impacto	
1	Atraso ou não efetivação da contratação	Necessidade de refazer os procedimentos licitatórios	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Análise das condições do mercado e, se for o caso, mudança dos requisitos do objeto, com o objetivo de ampliar o leque de possíveis fornecedores, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades do setor demandante.	Sector de Administração do CRFRJ	Até o início dos Procedimentos licitatórios

Risco 3: Descumprimento Contratual Grave ou Inexecução.

Probabilidade: [] Baixa [X] Média [] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Não efetivação da contratação dos serviços, objeto desta contratação.	Não funcionamento das atividades do Conselho, devido a insegurança gerada ao edifício, bens e colaboradores.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Inclusão de penalidades e condições de habilitação que reduzam as chances de que a contratação seja realizada com empresas inidôneas ou incapazes de atender às necessidades na fase de execução contratual.	Sector de Administração do CRF-RJ	Até o início dos Procedimentos licitatórios.
2	Estudo de aquisições e contratações similares e adequação a necessidade do CRF-RJ.	Sector de Administração	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1. Tendo em vista que o mercado apresenta a mesma solução para a contratação em questão e que os demais itens necessários estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela IN 05/2017, bem como IN 40/2020 e IN 65 /2021, esta equipe de elaboração de ETP opina pela viabilidade da contratação.

16.1.2. A contratação está planejada no PCA-2025 sob a numeração 389455-36/2025.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA LUIZA MASSA GOMES OLIVEIRA

Administradora